

Resolução nº 0837/2015-CR

Dispõe sobre recurso interposto contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, referente ao **Auto de Infração nº 0519/2014**, em nome da empresa **FMB Logística Ltda.**, conforme processo nº **201400029003285**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto 7.755, de 29 de outubro de 2012, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o disposto na Resolução nº 005/2008-CG, do Conselho de Gestão da AGR, datada de 8 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que a empresa FMB Logística Ltda. interpôs recurso subscrito por procurador sem poderes de representação, para demonstrar seu inconformismo contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, conforme **Resolução nº 2509/2014-CJ**;

Considerando as manifestações constantes do processo e, principalmente, o voto do relator de fls. 66, que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do **Conselho Regulador da AGR**, em reunião realizada no dia **29/04/2015**,

RESOLVE:

Art. 1º - Não conhecer do recurso interposto pela empresa **FMB Logística Ltda.**, pela sua **ILEGITIMIDADE**, mantendo os efeitos legais do **Auto de Infração nº 0519/2014**, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 11 dias do mês de maio de 2015.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

JCAC